

Jornal Noticias

Periodicidade: Diário

Âmbito:

Tiragem:

Temática:

Saúde

Dimensão: 527

04-10-2011

Classe: Informação Geral

106540

Página (s): 20

Imagem:



Fisioterapia "em casa" ao fim de duas décadas

Viseu 300 mil utentes já não têm de fazer quilómetros para tratamentos

A Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) volta a protocolar com privados, 20 anos depois, os tratamentos de Medicina Física e de Reabilitação em Viseu. É o fim do calvário para muitos dos cerca de 300 mil utentes de 14 concelhos do distrito.

João Assis respira de alívio. Quando se preparava para rumar a Gouveia para mais 20 sessões continuadas de fisioterapia, o único tratamento capaz de travar a evolução de uma doença hereditária (paraparésia espástica) que, aos 55 anos, lhe rouba a mobilidade, eis que a boa nova chegou. Não pela via formal, como seria de esperar perante a série de portas oficiais a que bateu nos últimos anos, ao lado de outros utentes, mas de uma forma casuística. "Soube por um irmão, que padece da mesma doença, que os privados voltaram a poder fazer os tratamentos de fisioterapia. Corri a marcar a primeira de 20 sessões prescritas pelo meu médico assistente", anuncia,

Regresso de convenções com privados vai evitar deslocações para Coimbra, Aveiro e Guarda

A alegria de João Assis, partilhada por centenas de outros utentes que, tal como ele, eram forcados a recorrer a entidades privadas de fora do distrito para ter acesso aos tratamentos, está mais do que justificada.

"Teria de voltar ao suplício de percorrer 94 quilómetros até Gouveia, ida e volta, uma hora para cada lado, para as sessões de fisioterapia sem resposta em Viseu. Ninguém imagina o que é fazer um percurso destes de ambulância, ainda por cima no lugar do maqueiro, mesmo em cima de uma das rodas traseiras do veículo! A trepidação da viagem, dava--nos cabo da coluna e acabava por anular os efeitos benéficos do tra-



ão Assis considera que os tratamentos em Viseu ficarão "mais baratos" ao Estado

→ Números

DOENTES POR DIA NO S. TEOTÓNIO O Hospital de S. Teotónio assegurou, em 2010, o tratamento de 250 doentes por dia. As situações agudas e sub-agudas tinham prioridade. Os restantes utentes das ACES I, II e III seguiam para Coimbra, Aveiro e Guarda onde eram tratados.

CLÍNICAS CONVENCIONADAS

A ARSC convencionou os tratamentos de Medicina Física e de Reabilitação com cinco clínicas de Viseu. O proto-colo com estas entidades expira a 31 de Dezembro, data em que a sua renovação "será reavaliada", soube o IN junto de fonte dos servicos.

tamento", relata João Assis. O "martírio" dos utentes de Medicina Física e de Reabilitação de 14 dos 24 concelhos do distrito de Viseu começou há mais de duas décadas. Altura em que o Hospital de S. Teotónio deixou de ter capacidade para assegurar todos os tratamentos na área de fisioterapia, para além das situações agudas e sub-agudas, e o poder político decidiu congelar novas convenções com privados.

Os cerca de 300 mil utentes dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) I, II e III passaram a ser os únicos no país a não beneficiar das convenções com privados neste domínio. Coimbra. Aveiro (Luso) e Guarda (Gouveia)

Apenas em três anos Estado gastou 6,4 milhões de euros em despesas com transportes

eram a única solução. "Havia pessoas que saíam das suas casas às oito da manhã e só regressavam às 10 da noite. Chegavam mais mortas do que vivas", acentua Ioão Assis.

Custos elevados para o Estado

Almeida Henriques, ex-deputado e actual secretário de Estado adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional lembrou, num requerimento apresentado em 2010 na Assembleia da República, que o Estado gastou nos anos de 2005, 2006 e 2007 um total de 6,4 milhões de euros no transporte dos utentes do distrito de Viseu para os tratamentos. Montante que incluía os cerca de 1,2 milhões pagos em táxis ou outros meios de transporte.

A partir de Janeiro deste ano, João Assis viu o táxi ser substituído pela ambulância. "Cada viagem de ida e volta custava ao Estado 60 euros. Mais do que gastará agora nos privados. E com a vantagem de não agravar o sofrimento dos utentes", conclui.